



CRISE CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS


Bruna Andrade Irineu*

 <https://orcid.org/0000-0003-1158-5000>

Laurinete Silva**

 <https://orcid.org/0000-0002-2973-7220>

Luciana Cantalice***

 <https://orcid.org/0000-0003-1935-8179>

Tatiana Brettas****

 <https://orcid.org/0000-0003-0300-8254>

Thaísa Closs*****

 <https://orcid.org/0000-0003-2602-883X>

* Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós- Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.


** Assistente Social. Professora do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima (UERO). Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.

*** Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante do Comitê editorial da Temporalis.

**** Assistente Social e Economista. Professora do Departamento de Políticas Sociais e Serviço Social Aplicado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Líder do Laboratório de estudos Capitalismo dependente e questão social no Brasil (Lecad). Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.

***** Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós- Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p6-15

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

O ano de 2021 nos instiga a um mergulho na história do Serviço Social ao marcar o 75º aniversário da *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Fundada em 1946 sob o nome *Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)*, a entidade se reconfigura e assume a atual denominação em 1998, dando mais um impulso em direção ao projeto ético-político profissional desenhado a partir da década de 1980. Parte também do processo de “virada” da categoria, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social completam 25 anos e expressam o esforço coletivo em apreender a realidade brasileira e atuar junto à classe trabalhadora na superação das relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista.

O conjunto de alterações empreendidas no âmbito da categoria nas últimas décadas tem também na aprovação do Código de ética e na Lei de regulamentação da profissão, ambas em 1993, uma referência na institucionalização do redirecionamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político dado à atuação profissional. Em 2000, a ABEPSS inicia a edição da *Temporalis*, uma revista acadêmica voltada para divulgar pesquisas e produções do Serviço Social e áreas afins na perspectiva de alimentar este processo de mudanças protagonizado pela categoria.

Inspirada pelo caminho de luta e resistência abraçado pela profissão, a 42ª edição da revista celebra os 20 anos da histórica *Temporalis 3*, peça fundamental na consolidação das novas Diretrizes Curriculares e na compreensão da questão social como eixo articulador dos conteúdos que compõem a nossa formação e trabalho profissional. Por meio dos debates acerca do tema *Crise capitalista, questão social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS*, o objetivo da gestão *Aqui se Respira Luta!* (2021-2022) e do comitê editorial da *Temporalis* é contribuir para adensar um balanço teórico-político do conhecimento produzido acerca da questão social no Brasil nas últimas duas décadas e suas implicações para a formação e o exercício profissional de assistentes sociais.

Ao estimular esta reflexão, encampamos o necessário esforço de apontar os enormes avanços conquistados até o presente momento, mas também as lacunas que ainda persistem e precisam ser enfrentadas. Temos um longo caminho para apreendermos integralmente as determinações centrais que nos levam a uma perspectiva de totalidade sobre a gênese e o desenvolvimento da questão social na complexa formação econômico-social brasileira. Este é, certamente, um movimento a ser impulsionado coletivamente, sem perder de vista o acúmulo já sistematizado em importantes produções. Produções essas que, diga-se de passagem, vão para além das contribuições registradas no VII Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (ENPESS) realizado em Brasília no ano 2000 – que deram origem aos textos publicados na *Temporalis 3* – e dão seguimento a uma discussão que permanece tão atual como imprescindível.

Mas não é apenas pela celebração que o ano de 2021 chama a atenção. Será também lembrado pela grave crise, de múltiplas determinações, que assola o país (e o mundo) no contexto da pandemia provocada pelo novo coronavírus. Esta crise capitalista, que não teve início com a situação sanitária, foi fortemente intensificada neste contexto.

Chegamos ao final do ano ultrapassando 600 mil mortes decorrentes da covid-19 e um número inestimável de pessoas que, mesmo recuperadas, apresentaram algum tipo de seqüela. Ao menos em parte, esta situação poderia ter sido evitada com medidas mais assertivas voltadas para dificultar a disseminação do vírus e, em especial, promover maior agilidade na aquisição e distribuição de vacinas. Apesar da política negacionista e genocida implementada pelo governo federal, finalmente foram disponibilizadas e aplicadas as doses na maioria da população brasileira que, dada a sólida cultura construída a partir do Sistema Único de Saúde (SUS), atendeu prontamente ao chamado à imunização.

Se, do ponto de vista sanitário, especialmente pelo surgimento das vacinas, chegamos ao final do ano em um cenário menos desolador, a dimensão social da crise segue crescente e são muitos os dados que apontam o agravamento nas condições de vida para a classe trabalhadora. A taxa de desemprego no Brasil chegou perto de 15% no primeiro trimestre do ano e, mesmo caindo para 13,2% no terceiro trimestre, é o dobro da taxa média global. Este indicador é também o 4º maior entre as principais economias do mundo, considerando um ranking feito com 44 países que divulgaram dados referentes ao terceiro trimestre deste ano (ALVARENGA, 2021).

O desemprego, combinado a uma inflação crescente¹, fez com que a fome voltasse a assolar parcela expressiva da população em todas as regiões do país. Segundo a pesquisa *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19*, realizada pela Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional (Rede PENSSAN), menos da metade da população brasileira (44,8%) está conseguindo fazer 3 refeições por dia, número bem menor do que em 2013, quando o percentual era de 77,1%. Em 2018 havia 10,3 milhões de indivíduos passando fome e este número segue crescendo, chegando a mais de 19 milhões em 2020 (MARCEL; BETIM, 2021). Por todo o país não para de crescer o número de pessoas que, desprovidas de uma fonte de renda, sem ter o que comer e sem acesso a programas governamentais, se avolumam nas ruas e em portas de estabelecimentos à mercê de ações de caridade ou de projetos de solidariedade encampados por organizações da própria classe trabalhadora.

Estes são apenas alguns dos traços presentes em um cotidiano marcado por diversas outras formas de violência, que afetam de maneira mais acentuada mulheres, pessoas negras, povos originários, migrantes, população LGBTQIAP+. Um quadro que se agrava com a extinção e redimensionamento de programas sociais que, se nunca foram amplos e universais, assumem – especialmente no governo Bolsonaro/Mourão – uma capacidade ínfima de intervenção nesta crise e minimização de seus efeitos mais extremos.

Quando falamos da questão social, certamente a fome é uma de suas expressões mais urgentes e palpáveis. Este fenômeno, quando compreendido em sua profundidade, é

¹ No último ano, um pacote de cinco quilos de arroz aumentou 48% e o feijão preto subiu 22% (MARCEL; BETIM, 2021).

visto de forma integrada a aspectos estruturais da sociedade e às condições em que são criadas e recriadas continuamente as desigualdades sociais, como nos mostra Josué de Castro (1983). Este esforço de articular as expressões aos fundamentos da questão social se alimenta também da análise sobre as alterações conjunturais em que se desdobram particularidades na forma como a riqueza é produzida e distribuída em cada momento histórico, em cada formação econômico-social específica.

A crise capitalista é um momento no qual ganha impulso um processo de concentração e centralização do capital, tendo por base uma reorganização dos processos produtivos. Estas alterações visam ampliar as bases de extração de mais-valia por meio da exploração e da subsunção da força de trabalho. A inovação tecnológica é parte integrante desta dinâmica e não é a toa que a indústria 4.0, que já vinha despontando na última década, ganha ainda maior destaque na pandemia, em especial as empresas que oferecem serviços por aplicativo. Também não é coincidência que as disputas pela hegemonia internacional entre a China e os EUA tenham como um grande foco o desenvolvimento da tecnologia 5G, que promete uma internet móvel muito superior à (já bastante disseminada) 4G.

No contexto de financeirização do grande capital, substantivas alterações na relação entre produção e finanças integram altas margens de rentabilidade em atividades financeiras a mecanismos de exploração e expropriação crescentes no âmbito da produção de riquezas, com repercussão sobre a questão social (IAMAMOTO, 2008). Ao mesmo tempo, a reconfiguração do Estado está voltada para impulsionar o crescimento dos fluxos financeiros e a gestão financeirizada das empresas, reproduzindo continuamente o sistema da dívida e disponibilizando volumosos recursos do fundo público para atender aos interesses do capital fictício.

Em especial no capitalismo dependente, a dívida pública se torna um dos principais meios para a transferência de valor em direção ao centro imperialista do sistema. Além disso, o desenvolvimento desigual e combinado das relações capitalistas entre países e regiões aprofundam os diferenciais de produtividade e a concentração de renda e riqueza. A superexploração da força de trabalho em tempos neoliberais impulsiona o aumento e intensificação da jornada de trabalho, bem como remunerações abaixo do necessário para a reprodução da subsistência das(os) trabalhadoras(es) (BAMBIRRA, 2019). Junto a isso, o assédio moral e sexual crescente têm fortes desdobramentos sobre as condições de saúde – física e mental – da classe trabalhadora.

Deste emaranhado de acontecimentos se desdobram fenômenos altamente complexos e integrados. Projetam-se, no âmbito da categoria profissional, análises que apontam, por exemplo, a importância de entendermos o racismo e o patriarcado como determinações incontornáveis para a reflexão sobre a classe trabalhadora. Esta perspectiva contribui para a compreensão de que – dadas as suas inserções no processo de produção de valor e também nas atividades que lhes dão sustentação – as pessoas negras, mulheres, migrantes, LGBTQIAP+ são mais facilmente dispensadas da venda da força de trabalho. Configuram, assim, as parcelas descartáveis e, portanto, as mais

afetadas pela fome, pelo desemprego e pelas políticas de austeridade fiscal. Nas palavras de John Smith (2020),

[...] o imperialismo hoje se manifesta em um sistema global de racismo, opressão nacional, humilhação cultural, militarismo e violência estatal semelhante ao *apartheid*, que nega seu *status* formal de cidadãos livres de sua nação e do mundo e transformou seus países em reserva de força de trabalho superexplorável para alimentar as corporações transacionais e seus agentes locais (SMITH, 2020, p. 35).

Superar a descrição de fenômenos que *expressam* a questão social e construir as mediações necessárias para *explicá-los* – buscando as bases que as fundamentam – é uma tarefa que segue em andamento. Especialmente diante da preocupação em produzir conhecimento sobre a conjuntura em que vivemos, há que se fortalecer as perspectivas voltadas a uma articulação entre os dados empíricos e as categorias da crítica da economia política. As referidas categorias, ao municiarem as explicações pautadas no movimento contraditório do real, têm maior potencial para assentar as bases histórico-concretas que dão sustentação aos dados, afastando abordagens meramente descritivas.

Este é um dos aspectos fundamentais quando pensamos em reunir as condições para um novo salto no estado da arte do debate sobre a questão social. A articulação dialética entre forma e conteúdo, essência e aparência segue sendo um desafio permanente para quem busca uma análise sob a perspectiva da totalidade, que potencialize a crítica e a perspectiva radical da transformação societária. O adensamento da elaboração teórico-metodológica é um caminho a ser sempre percorrido por intelectuais e militantes instigadas(os) a construir suas formulações em meio a processos profundos de mistificação da realidade engendrados no interior do modo de produção capitalista.

Um segundo desafio a destacar passa pela necessidade de avançarmos na articulação das características gerais do modo de produção capitalista com as particularidades da formação econômico-social brasileira. Por meio das mediações necessárias para efetivar esta passagem de níveis de abstração, é possível amadurecermos a compreensão sobre a transição para o capitalismo no Brasil considerando sua indissociabilidade das relações escravistas e patriarcais (GONZALEZ, 2020; SAFIOTTI, 2015). Ao que tudo indica, este pode ser um terreno fértil para rompermos com noções genéricas e eurocêntricas sobre a formação e a composição da classe trabalhadora no Brasil e também para potencializar o resgate de processos de luta e resistência invisibilizados pela historiografia tradicional (MOURA, 2014). Ao recuperarmos as determinações que mediam a relação entre capital e trabalho em nossa formação econômico-social, compreendemos não apenas a gênese da questão social, mas o seu movimento próprio e suas contradições fundamentais.

Em outras palavras, este esforço coletivo de pensar as particularidades na maneira como o capitalismo se constitui no Brasil implica em trazer o debate do racismo e do patriarcado para a teoria do valor, compreendendo como dimensões estruturais e estruturantes dos conflitos que perpassam as relações sociais de produção e não apenas

como suas expressões. Ao fazer isso, construímos as mediações para capturarmos como estas características, universalizadas por meio do modo de produção capitalista, se particularizam em nosso país. As discussões sobre colonialismo, escravidão, genocídio, imperialismo e dependência fincam marcos sólidos não apenas para as reflexões sobre nosso passado, mas englobam eixos que podem dar sustentação a análises extremamente atuais sobre a questão social.

Nesse horizonte, um último desafio a destacar consiste em ampliar pesquisas e análises que privilegiem a centralidade da questão social no âmbito dos processos de ensino e do trabalho profissional. Esta angulação conta com poucos estudos na área e é uma dimensão constitutiva dos fundamentos do Serviço Social, tendo em vista que fornece os elos que conectam radicalmente a profissão com a dinâmica societária em seu movimento histórico, no quadro das relações entre as classes sociais e o Estado (CLOSS, 2015). Trata-se, portanto, de avançarmos no debate coletivo de estratégias político-pedagógicas que fortaleçam a questão social como eixo estruturante da formação profissional. A partir da indissociabilidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, potencializamos seu desvendamento na cena contemporânea com vistas à construção de sólidas competências profissionais voltadas ao seu enfrentamento no trabalho profissional. Deste modo, qualificamos a construção de respostas críticas e propositivas que apreendam as múltiplas refrações da questão social no cotidiano da vida social à luz da totalidade. É fundamental um esforço investigativo voltado para o conhecimento dos

[...] sujeitos sociais que são o alvo privilegiado das ações profissionais — os segmentos da classe trabalhadora em seus recortes de gênero, etnia, geração, território —, enfrentando as abordagens focalizadas e individuais que obscurecem a sua dimensão coletiva (IAMAMOTO, 2014, p. 634).

Este foi o caminho escolhido para a construção desta edição da revista. Os artigos ora publicados apontam, de uma maneira geral, novas reflexões sobre a gênese da questão social no Brasil e seus elementos constitutivos, resgatando os termos do debate sistematizado na *Temporalis* 3 e indo além. Trata-se de uma homenagem que valoriza uma longa caminhada e busca estimular novos passos em direção a uma análise crítica e criativa de nosso processo histórico.

Nesta jornada, precisamos combinar a experiência e contribuição de quem já está na estrada abrindo caminhos há mais tempo, com uma nova geração de pesquisadoras(es) que tomaram para si a tarefa de alimentar e impulsionar o debate sobre o tema. Para isso, além do recebimento de submissões no fluxo regular da revista, a gestão *Aqui se Respira Luta!* e o comitê editorial fizeram um convite para Marilda Iamamoto, Maria Carmelita Yazbek, José Paulo Netto e Potyara Pereira apresentarem suas elaborações. Tendo como ponto de referência a publicação de 2001, a intenção não foi estimular uma edição “revista e atualizada” dos textos – já muito referenciados –, mas de contribuir para a construção de um balanço apontando novos elementos para a discussão. No intuito de fortalecer o debate das relações étnico-raciais e a contribuição de intelectuais negras da nova geração, convidamos também Cristiane Sabino, que elaborou suas reflexões em co-

autoria com Heloisa Teles. Este segundo convite inaugura uma política da atual gestão da *Temporalis* de fortalecer a presença de intelectuais negras(os) críticas(os) nos números da revista, contribuindo para o combate ao racismo institucional na produção acadêmica.

Iamamoto e Netto infelizmente não puderam aceitar o convite neste momento, mas é com alegria que abrimos a revista com o artigo de Maria Carmelita Yazbek intitulado “Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho”. O novo texto de Yazbek revisita as teses da revista *Temporalis* 3 e apresenta um debate acerca das características da questão social na contemporaneidade. A autora recorre à história e à interlocução da profissão com seu movimento, para discutir a questão social brasileira e latino-americana em tempos de domínio do capital financeiro e seus impactos destrutivos sobre o mundo do trabalho.

Logo na sequência, temos as formulações de Potyara A. P. Pereira no artigo intitulado “Questão social, Serviço Social e a proeminência das desigualdades antagonizadas”. Sua reflexão relaciona questão social e Serviço Social nos marcos das estruturas capitalistas de apropriação econômica e dominação política que subjazem ao processo de proteção social como direito *versus* desigualdades sociais antagonizadas.

Outros elementos que protagonizam o debate recente da questão social no Brasil são apresentados nos artigos: “Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil”, de Cristiane Luiza Sabino de Souza e Heloísa Teles; “Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça”, de Carla Cecília Campos Ferreira e Gustavo Fagundes; e “Aportes para o debate sobre questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo”, de Renata Gomes Costa e Josiley Carrijo Rafael. Com as devidas particularidades, os três artigos discutem a questão social brasileira, problematizando determinações relacionadas às dimensões de gênero e raça/etnia, imprescindíveis para explicar as tendências da sociedade capitalista e suas particularidades na formação social, econômica e política do Brasil.

Em seguida, Rodrigo Castelo assina o artigo “A violência como potência econômica na gênese da ‘questão social’ no Brasil”. O autor se utiliza de recursos teórico-metodológicos da tradição marxista dependentista e anticolonial para desvelar particularidades históricas da formação econômico-social brasileira, com o objetivo de analisar a gênese da “questão social” no país e o papel do Estado na consolidação do capitalismo dependente e do padrão de reprodução do capital agromineiro exportador. Por sua vez, no ensaio “A busca como medida: a questão social na formação social brasileira”, os autores Eduardo Mara e Lucas Bezerra dialogam com clássicos da realidade brasileira e estudiosos(as) da questão social no Serviço Social, problematizando o movimento da lei geral da acumulação sob os condicionantes estruturais da dependência e do processo histórico de formação da classe trabalhadora no Brasil.

Dando continuidade, o artigo “A ‘questão social’ na história: apontamentos sobre a conjuntura brasileira”, das pesquisadoras Maria Elizabeth Santana Borges, Ermildes Lima

da Silva, Ana Livia Adriano, Gabriela Bonfim Silva Coutinho, Letícia Reis da Silva e Yasmin de Oliveira Matos Azevedo, sistematiza os resultados de uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em torno do tema questão social e Serviço Social. Evelyne Medeiros Pereira e Gabrielly Souza de França, em “Oito notas sobre formação social brasileira e renovação crítica do Serviço Social”, destacam o quanto a apreensão dos fundamentos da formação social brasileira revela-se como uma necessidade, ontem e hoje, para o processo de renovação crítica do Serviço Social.

Os três artigos seguintes, que encerram a seção temática, problematizam a noção de questão social e destacam suas expressões. O texto de Paulo Roberto Félix Santos, intitulado “‘Questão Social’ e o fetiche da ‘exclusão social’: desafios teórico-políticos ao Serviço Social”, faz uma crítica à noção de “exclusão social” nos marcos da crise estrutural do capital. Yolanda Guerra e Alfredo Batista desenvolvem uma interpretação crítica, histórico-ontológica, sobre o surgimento do termo “questão social” em “A expressão ‘questão social’ em questão: um debate necessário ao Serviço Social”. Por fim, Estênio Ericson Botelho de Azevedo, João Emiliano Fortaleza de Aquino e Mariana Marques da Hora instigam o debate sobre as expressões da questão social com o título a “Questão surda: compreendendo o audismo como expressão da questão social”.

Além dos artigos que compõem a seção temática, nossa edição comemorativa apresenta uma entrevista realizada pelo comitê editorial com Ivanete Boschetti, presidenta da ABEPSS durante a gestão 1998-2000, na qual resgata como foi a elaboração da *Temporalis* 3. Nesta oportunidade, ela avalia o significado e a importância daquela edição, destacando os desafios atuais no debate sobre a questão social.

Para encerrar este número da revista, criamos uma seção especial para registrar a “*Contribuição dos GTPs da ABEPSS ao debate da questão social*”. Todos os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) atenderam ao convite para apresentar seus acúmulos e elaboraram artigos escritos coletivamente que problematizam e relacionam seus respectivos eixos temáticos de pesquisa, a questão social e as Diretrizes Curriculares.

A composição dessa seção traz inicialmente o artigo do *GTP Trabalho, Questão Social e Serviço Social* intitulado “A centralidade do trabalho e da questão social: subsídios para as Diretrizes Curriculares do Serviço Social”, de Ângela Santana do Amaral, Ana Cristina Oliveira de Oliveira, Cristiane Luiza Sabino de Souza, Edvânia Ângela de Souza, Ricardo Lara e Vera Lúcia Batista Gomes. Em seguida, o *GTP Política Social e Serviço Social* apresenta sua contribuição intitulada “Política Social e as Diretrizes Curriculares: contribuições do GTP Política Social e Serviço Social”, de Patrícia Soraya Mustafa, Robson Roberto da Silva, Alessandra Ximenes da Silva, Jucileide Ferreira do Nascimento, Denise Maria Fank de Almeida, Cilene Sebastiana da Conceição Braga e Evilásio Salvador. Por sua vez, o *GTP Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional* apresenta o texto “A centralidade da questão social para o Serviço Social brasileiro” sistematizado por Fátima Grave Ortiz, Hamida Assunção, Luciana Cantalice, Mariléia Goin e Tatiana Reidel.

Na sequência, o *GTP Movimentos Sociais e Serviço Social* elaborou o artigo “Questão Social e Lutas Sociais nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social” sob autoria de Katia Marro, Maria Beatriz Abramides, Maria Clariça Ribeiro Guimarães, Maria Raimunda Penha Soares, Maria Teresa dos Santos e Vanda Micheli Burginski. A seguir, o *GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social* contribui com o texto “Diretrizes curriculares e produção de conhecimento sobre questões agrária, urbana e ambiental”, sob autoria de Isabel Cristina da Costa Cardoso, Mailiz Garibotti Lusa, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues Chaves e Matheus Thomaz da Silva.

O *GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades* traz o título “Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades”, no artigo de Márcia Campos Eurico, Janaiky Pereira de Almeida, Maria Ilidiana Diniz, Marco José de Oliveira Duarte, Ana Paula Procópio da Silva, Loiva Mara de Oliveira Machado, Rachel Gouveia Passos, Roberta Pereira da Silva e Tereza Cristina Santos Martins. O *GTP Ética, Direitos Humanos e Serviço Social* apresenta “Questão social e Diretrizes Curriculares: a ética e direitos humanos como mediações necessárias”, dos(as) autores(as) Adrianyce Angélica Silva de Sousa, Débora Rodrigues Santos, Maurílio Castro Matos, Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso e Silvana Mara Morais dos Santos. E, finalizando a contribuição dos grupos temáticos, apresentamos o artigo do *GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais*: “Crise e questão social: rebatimentos para infâncias, adolescências, juventudes e envelhecimentos”, produzido por Giovane Antônio Scherer, Hingridy Fassarella Caliarí, Juliana Batistuta Vale, Márcia Campos Eurico, Nanci Soares e Solange Teixeira.

Esperamos que essa mais nova edição da *Temporalis* contribua para alimentar o debate sobre a questão social, incorporando e renovando a contribuição materializada na histórica edição nº 3. Convidamos todas(os) aos estudos e debates!

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. Brasil tem a 4ª maior taxa de desemprego do mundo, aponta ranking com 44 países. *G1*, Rio de Janeiro, 22 nov. 2021. Economia. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/22/brasil-tem-a-4a-maior-taxa-de-desemprego-do-mundo-aponta-ranking-com-44-paises.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

CLOSS, Thaísa Teixeira. Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 253-266, ago./dez.2015. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/21931/13952>. Acesso em: 12 dez. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p.139-150.

MARCEL, Renan; BETIM, Felipe. Ossos de boi retratam o Brasil que empobrece. **El país**, São Paulo, 25 jul. 2021. Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/arroz-quebrado-bandinha-de-feijao-e-ossos-de-boi-vao-para-o-prato-de-um-brasil-que-empobrece.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. São Paulo: Anita Garibaldi co-edição com Fundação Maurício Grabois, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SMITH, John. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In: LOPEZ, Emiliano (org.). **As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p.33-74.